

CONSELHO E GESTÃO DEMOCRÁTICA: O PAR NO NORDESTE

Danilo Manoel Farias da Silva

PIBIC Fundação Joaquim Nabuco /
Universidade Federal Rural de Pernambuco
danilofarias2@gmail.com

Cibele Maria Rodrigues

Fundação Joaquim Nabuco
Cibele.rodrigues@fundaj.gov.br

Gleiciane Souza

PIBIC Fundação Joaquim Nabuco/
Universidade Federal Rural de Pernambuco
gleicianevsouza@gmail.com

Resumo Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa de avaliação da Política do PAR – Plano de Ações Articuladas no Nordeste, com foco no discurso dos Conselhos Municipais de Educação e Gestão Democrática; oriunda do Governo Federal essa política pública tem como meta a melhoria da qualidade da educação. Foi feita pesquisa de survey em 264 municípios em 9 estados da região Nordeste, sendo entrevistados 260 conselheiros, depois foi feita a tabulação dos dados usando o SPSS. Os resultados aqui apresentados dizem respeito as ações do Conselho na gestão democrática em relação ao acompanhamento e execução do Plano Municipal de Educação – PME.

Palavras-chave: educação básica; conselhos; gestão democrática.

INTRODUÇÃO

As novas demandas do mercado globalizado se radicalizaram no Brasil a partir da década de 90, o país adotou um programa descentralizado que refletiu nos programas educacionais. A nova lógica de descentralização dos recursos começou em 1996, com a criação do Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, redirecionando os recursos da esfera federal para os estados e municípios executarem as políticas sociais.

A Política do PAR

A partir da adesão do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007)¹, foram criados mecanismos de planejamento e avaliação das políticas com base no discurso de desenvolvimento social que deve ter como fim o aumento da qualidade da educação básica. O PAR (Plano de Ações Articuladas) foi criado priorizando os municípios de baixo IDEB², cada município elabora um Plano (PAR) com metas prioritárias. Além disso, pesquisas como esta e outras ações estão sendo desenvolvidas para auxiliar os formuladores de políticas, tudo isso no bojo do discurso de eficácia das políticas.

A pesquisa foi desenvolvida no sentido de avaliar o processo de implantação do PAR nos municípios. Segundo Babbie (2003) trata-se de um *survey* em 264 municípios dos nove estados da região Nordeste, entrevistando-se diversos atores envolvidos na política municipal, mas nossa análise será a partir dos dados dos membros dos Conselhos Municipais de Educação. Foi entrevistado um membro de cada CME dos municípios que eles existiam, perfazendo um total de 260.

Conselho e Contexto da Prática no Ciclo de Políticas

Sendo formados por representantes de vários segmentos da Sociedade Civil os conselhos deveriam assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação, pois são uma forma de democratização do Estado com a (re)entrada da sociedade civil no âmbito dos governos a fim de fiscalizá-los.

Para análise dessas políticas é necessário um referencial teórico que dê conta dos contextos articulados da macropolítica (hegemônica) e micro política (ação dos agentes sociais envolvidos, como os conselheiros), tendo base na teoria do ciclo de políticas (BALL,1992; MAINARDES, 2006)) considerando o que ele chama de “contexto da prática” (local da interpretação e recriação da política pelos agentes escolares).O foco é na análise da formação do discurso da política e a interpretação ativa dos agentes dos Conselhos envolvidos.

Para captar a política nacional de gestão democrática foram perguntados sobre o ano de criação do conselho, observou-se que teve alguns anos de elevados picos de criação, o primeiro deles foi em 1997(final do governo FHC) com 8,6%, e depois teve um grande avanço no Governo Lula (45% das criações), sendo a maior delas entre 2007 e 2009(ano de criação do PAR) com 28% das criações de CME, provavelmente fruto da política do MEC baseada no discurso da gestão democrática.

Dentre as ações do CME, na mediação com os poderes executivos, está o acompanhamento e execução do Plano Municipal de Educação (PME), estruturado em 58% dos municípios do NE e elaborado em sua maioria pelo diagnóstico da educação municipal e reuniões com a comunidade escolar. As suas principais ações (95% das respostas) são no “monitoramento da execução das metas do PME” e em “reuniões com a Secretária de Educação”, eles também participam da conferência municipal de educação (90%).

Concluimos que a criação do PAR serviu como um avanço do ponto de vista da gestão democrática, pois impulsionou a criação de conselhos que atuam na mediação entre a Sociedade Civil e o gerenciamento Estatal. Mas ainda é necessária uma cultura política de organização e participação social para além das parcerias com os órgãos executivos, para a sociedade ir estruturando suas demandas para avanço da participação democrática e qualidade social.

(Endnotes)

NOTAS

- 1 Oriundo do PDE é uma conjugação de esforços em todos os níveis para melhora da qualidade de educação.
- 2 IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação, indicador usado para medir a qualidade da educação em todos os níveis, de uma turma a Federação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, S. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: Uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo sem fronteiras**. V.6, n.2, p.10-32, jul/dez 2006.

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2003.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ.Soc.** Campinas, v.27.94, p47-69, jan/abr2006.